



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE MARÇO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 791 a 800/XVI/1.ª.

O Presidente procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República sobre o cancelamento da

deslocação já aprovada, no âmbito do Projeto de Resolução n.º [724/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Estónia.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [825/XVI/1.ª](#) — Funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito — Verificação da Legalidade e da Conduta dos Responsáveis

Políticos Alegadamente Envolvidos na Prestação de Cuidados de Saúde a duas Crianças (Gémeas) Tratadas Com o Medicamento Zolgensma.

Foram discutidos conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [535/XVI/1.ª](#) (PS) — Altera o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, [564/XVI/1.ª](#) (PCP) — Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (terceira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior), [565/XVI/1.ª](#) (IL) — Altera ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de

10 de setembro, [566/XVI/1.ª](#) (L) — Garante maior representatividade e voz aos estudantes, investigadores, bolsiros e trabalhadores no ensino superior e [572/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Isabel Ferreira](#) (PS), [Sofia Carreira](#) (PSD), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

O Presidente encerrou a sessão eram 15 horas e 56 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias.

Pausa.

Vamos então dar início aos nossos trabalhos. Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a leitura do expediente da sessão.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos pelo Sr. Presidente, os Projetos de Resolução n.ºs [791](#), [795](#), [796](#), [797](#) e [798/XVI/1.ª](#) (PAN), [792](#) e [793/XVI/1.ª](#) (PCP), [794/XVI/1.ª](#) (BE), e [799](#) e [800/XVI/1.ª](#) (CDS-PP).

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, para podermos dar continuação aos trabalhos.

Vou ler também a carta que recebi do Sr. Presidente da República, relativamente à viagem que estava previsto fazer e que não vai ocorrer, à Estónia, que é do seguinte teor:

«Tendo sido aprovada a resolução que concedeu assentimento para a minha deslocação à Estónia entre os dias 11 e 15 do corrente mês de março, serve a presente para comunicar a V. Ex.^ª que, tendo em conta a situação política e a importância dos próximos dias para o nosso País, a minha deslocação fica sem efeito.»

Portanto, é cumprimento da obrigação formal de dar a conhecer à Câmara que o Sr. Presidente já não fará esta deslocação.

Agora, também pedia a atenção para a votação que vamos ter de fazer, referente ao projeto de resolução que retoma os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito para a Verificação da Legalidade e da Conduta dos Responsáveis Políticos Alegadamente Envolvidos na Prestação de Cuidados de Saúde a Duas Crianças Gémeas Tratadas com o Medicamento Zolgensma, a partir do dia 12 de março de 2025.

Como sabem, havia uma resolução que tinha feito a suspensão dos trabalhos da comissão de inquérito e, por via desta resolução, a comissão parlamentar de inquérito retoma os seus trabalhos a partir de hoje. Foi consensualizado com todos os grupos parlamentares.

Vou então pôr à votação o Projeto de Resolução n.º 825/XVI/1.ª (PAR) — Funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito — Verificação da Legalidade e da Conduta dos Responsáveis Políticos Alegadamente Envolvidos na Prestação de Cuidados de Saúde a duas Crianças (Gémeas) Tratadas Com o Medicamento Zolgensma.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Vamos então entrar no ponto único da ordem do dia, que consiste na discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [535/XVI/1.ª](#) (PS) — Altera o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, [564/XVI/1.ª](#) (PCP) — Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (terceira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior), [565/XVI/1.ª](#) (IL) — Altera o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, [566/XVI/1.ª](#) (L) — Garante maior representatividade e voz aos estudantes, investigadores, bolsistas e trabalhadores no ensino superior, e [572/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

Vou dar a palavra à Sr.^ª Deputada Isabel Ferreira, do Partido Socialista, para apresentar o Projeto de Lei n.º 535/XVI/1.ª (PS).

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou um projeto de lei que altera o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, um regime que contribuiu decisivamente para que a democratização do acesso ao ensino superior fosse acompanhada por um aumento da exigência destas instituições.

Com o objetivo de continuar o reforço da qualidade do ensino superior em Portugal, propomos um conjunto de alterações com três objetivos fundamentais: primeiro, a valorização do sistema binário e da diversidade das suas instituições; segundo, o reforço da democraticidade das instituições de ensino superior; e terceiro, o fortalecimento da sua autonomia institucional.

No que toca ao primeiro objetivo, reafirmamos a importância do sistema binário, mas promovemos uma atualização e um ajustamento, clarificando as especificidades das missões, características, e diferentes projetos institucionais, para garantir um sistema coeso e flexível.

Introduzimos requisitos relativos ao número de áreas científicas, aos cursos de doutoramento, mestrado e licenciatura, às unidades de investigação e à sua carreira, que promovam a existência de instituições de dimensão e abrangência disciplinar diferenciadas.

Procurámos elevar os padrões institucionais de qualidade, apresentando, com clareza e transparência, todos os requisitos e critérios exigidos às instituições de ensino superior, para que elas possam delinear estratégias de prossecução dos seus objetivos.

Burburinho na Sala.

A valorização do subsistema politécnico passou pela criação de unidades de investigação com elevado reconhecimento e pela aprovação de doutoramentos, o que justifica apenas...

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, desculpe interrompê-la, mas pedia que os Srs. Deputados se pudessem sentar, para ouvir a Sr.^a Deputada. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Avisaram o PS que isto caiu, ou não?

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Como dizia, a valorização do subsistema politécnico passou pela criação de unidades de investigação com elevado reconhecimento e pela aprovação de doutoramentos, o que justifica apenas uma diferenciação horizontal entre universidades e universidades politécnicas.

Somos contra qualquer processo de desregulação de fusões entre politécnicos e universidades ou entre instituições públicas e privadas, o que só irá desorganizar a rede e enfraquecê-la, do ponto de vista territorial.

Protestos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

Uma desvalorização do sistema binário, por ausência de critérios de qualidade definidos, conduzirá a uma inevitável extinção, não fruto de uma estratégia clara para a unificação do sistema, mas sim por desregulação do mesmo.

Temos a responsabilidade de continuar o legado do Partido Socialista, em termos de emprego científico, pelo reconhecimento da carreira de investigação científica e pela criação de quadros de investigadores, tal como prevemos no nosso projeto de lei.

O segundo objetivo é o fortalecimento da autonomia institucional das instituições de ensino superior, aumentando o nível de autonomia de gestão financeira e patrimonial, tal como aconteceu nos últimos Governos do Partido Socialista, em sede de contrato de legislatura.

Alguns exemplos são as mudanças nas regras de constituição de unidades orgânicas autónomas, na fixação dos mapas de pessoal e na mobilidade intercarreiras na gestão patrimonial e orçamental.

Quanto ao terceiro objetivo, de reforço da democraticidade, damos mais autonomia às instituições de ensino superior para definir os seus estatutos e o método de eleição do reitor e do presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é um processo legislativo em que o debate público e o envolvimento das instituições de ensino superior e das organizações representativas de estudantes, docentes, investigadores e de pessoal técnico-administrativo é fundamental.

É nossa obrigação promover um debate alargado e responsável, porque o resultado será determinante para a qualificação de jovens e adultos, mas também para a coesão territorial e para o desenvolvimento socioeconómico do País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos serviços técnicos para verem o que é que se está a passar com os altifalantes da Mesa, porque não ouvimos aqui nada das intervenções, só por eco do que vem do Hemiciclo.

A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento e indica-me que responde em conjunto. Tem, assim, a palavra a Sr.^a Deputada Sofia Carreira, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Sofia Carreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, inicio a minha intervenção esclarecendo os portugueses que hoje estamos nesta Assembleia a debater a revisão do RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), porque temos um Governo da Aliança Democrática e um Ministro corajosos,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos e protestos de Deputados do PS.

A Sr.^a **Sofia Carreira** (PSD): — ... que, desde sempre, assumiram apresentar uma proposta capaz e estruturante para o ensino politécnico.

Recordo às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que, em oito anos de Governo socialista, não houve a capacidade, a competência política para avançar na revisão de um documento estruturante para o futuro do ensino politécnico.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Não há mais argumentos!

A Sr.^a **Sofia Carreira** (PSD): — Assim, a minha questão é clara e direta. Foi o PS que abriu a possibilidade aos politécnicos para ministrarem doutoramentos. No entanto, a vossa proposta é, no mínimo, ambígua, confusa ou mesmo irresponsável, e é importante que hoje fique esclarecido o posicionamento político do PS.

O PS defende o sistema binário, aquele que separa o ensino universitário do ensino politécnico? Ou defende a proposta do Governo da Aliança Democrática, que permite aos politécnicos terem um ensino universitário, ou seja, ensino universitário dentro das universidades politécnicas?

Recordo que a nossa proposta é ainda uma proposta que promove a coesão territorial e o desenvolvimento do interior do País.

Sr.^a Deputada, responda aqui agora o que tem a dizer aos politécnicos de Leiria, de Bragança, de Guarda, de Viseu e a todo o Interior português.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.^a Deputada Maria José Aguiar, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, falamos do RJIES, aquele que é o mais importante documento para os estudantes, investigadores, académicos e muitos milhares de outros trabalhadores que têm neste regime jurídico a base legislativa que norteia o seu trabalho.

Perante o País — lamentáveis são as circunstâncias nas quais esta discussão na generalidade ocorre, face ainda à cobardia, mais uma vez explícita, da retirada da sua iniciativa, por parte do chumbado Governo —, a si não posso, Sr.^a Deputada, deixar de lhe perguntar se o PS não se sente responsável pelo arrastar de uma situação que há muito poderia ter resolvido.

Quinze anos volvidos e nem PS nem PSD conseguiram atualizar este diploma?! E parece que também não vai ser desta vez que a discussão fica concluída — incompetência, oportunismo bacoco.

Sei que não gostam de ser lembrados, mas, Sr.^a Deputada, o PS esteve no Governo mais de metade deste tempo e, os dois últimos anos, em maioria absoluta. E então, o que faltou? Tiveram a oportunidade de o resolver, mas que fizeram? Nada de nada de nada.

O Chega, Srs. Deputados, em cinco anos, como os portugueses bem sabem, tem lutado mais pelo ensino em todos os níveis, desde o pré-escolar ao ensino superior,...

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PS.

... pelos nossos alunos, pelos técnicos operacionais e superiores, pelos professores e as suas carreiras, do que o PS e o PSD em 50 anos de desastrosas governações.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Não o souberam fazer, deixem para o Chega. Nós fazemos, porque o Chega não abandonará nunca aqueles que tudo deram às escolas e universidades...

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

... e que hoje, mais uma vez, veem goradas as suas esperanças.

O Chega é o partido da esperança e da mudança de que o País necessita. Vamos fazer acontecer Portugal.

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira para dar os esclarecimentos que possa dar.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, é muito útil fazer aqui um pouco de cronologia e por isso recorro a todos que este regime jurídico, que hoje está em vigor nas instituições de ensino superior, se deve aos Governos do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Parabéns!

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Em 15 anos!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Este é um regime que contribuiu, sem dúvida, para o aumento da exigência e da qualidade das instituições de ensino superior, que a todos nos orgulham.

Em segundo lugar, esta bancada — e muito menos os Governos do Partido Socialista — não aceita lições sobre políticas de ensino superior...

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Mas devia! Devia!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... e de valorização do ensino politécnico,...

Aplausos do PS.

... pois todos os programas de valorização deste subsistema — da criação das políticas de emprego científico, da autorização da lecionação de doutoramentos em politécnicos —, todas estas iniciativas partiram do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Mas há uma coisa que nós não fazemos: considerar que o ensino universitário é superior ao ensino politécnico.

Vozes do PSD: — Nós também não!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Nós também não! É só ler a proposta do Governo!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Isso não admitimos!

Aplausos do PS.

Por isso, temos uma proposta que define os mesmos critérios de exigência, de qualidade, de elevação institucional,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Nós também, é só ler!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... quer para universidades quer para universidades politécnicas, porque temos, neste momento, instituições de ensino superior preparadas ao mais alto nível para não terem nenhuma diferenciação vertical, mas, sim, para estarem equiparadas horizontalmente.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Já a proposta que conhecemos do Governo é uma proposta, sim, ambígua, que não teve coragem de definir quais são os critérios para passar a universidade, para passar a universidade politécnica, ou para se manter como instituto politécnico.

Esta era, de facto, a proposta de um Governo que não pensa nos jovens e que quer aumentar as propinas.

Vozes do PS: — É verdade! Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso são insinuações!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Portanto, para terminar, sejamos responsáveis para aprovar um diploma que serve professores, estudantes, investigadores e funcionários de todas as instituições de ensino superior.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP e contraprotestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 564/XVI/1.ª (PCP) — Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (terceira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior), tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Felizmente, já não vamos discutir a proposta de lei do Governo para a alteração do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, porque caducou ontem — e bem — de tão inaceitável que era.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Mas o PCP cá está, a defender o seu projeto para a valorização das instituições públicas de ensino superior e de investigação científica e para alterar o RJIES na direção que há muito deveria ter sido seguida: a eliminação do regime fundacional e a alteração da orgânica da gestão das instituições de ensino superior, entre outros aspetos.

Nesta iniciativa, o PCP pretende: garantir a verdadeira autonomia...

A Sr.ª **Patrícia Gilvaz** (IL): — Autonomia, mas são financiadas pelo Estado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... da organização e gestão das instituições, designadamente com a eliminação da limitação à contratação de pessoal docente e não docente; garantir a participação e a gestão democráticas, como decorre da Constituição da República Portuguesa, envolvendo os professores, os investigadores, os estudantes e os funcionários; garantir a participação de representantes da comunidade exteriores às instituições, mas sem que estas fiquem reféns de interesses que lhes são alheios e que, como tem acontecido, condicionem as suas estratégias — e, por isso, pretendemos a revogação da imposição de entidades externas nos órgãos de Governo executivos —; e também garantir a incorporação de bons exemplos de autonomia, apontando uma perspetiva progressista e democrática, assim como a evolução para um sistema unitário, sem prejuízo do reconhecimento das especificidades da oferta formativa e sem as discriminações que ainda persistem.

O PCP sempre esteve contra as alterações negativas ao regime das instituições de ensino superior, especialmente as que introduziram a empresarialização e a privatização do ensino superior público, graves limitações à sua autonomia e uma inaceitável machadada na gestão democrática e participada.

De facto, foi dado poder a indivíduos e entidades externas sobre questões estratégicas e orçamentais, designadamente submetidas ao poder de grandes empresários da banca e do retalho nos conselhos gerais.

Para além de impactos negativos nas opções orçamentais, a dependência de interesses externos influenciou as próprias estratégias e opções académicas, e mesmo científicas, comprometendo princípios essenciais da autonomia das instituições.

Protestos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

É paradoxal que seja consensual a autonomia das instituições de ensino superior e de investigação científica face ao poder político, mas que poucos se incomodem com a dependência face ao poder económico.

No que diz respeito à gestão democrática e à participação, os funcionários foram afastados e foi comprometida a participação dos estudantes.

O regime fundacional confirmou-se como instrumento de desresponsabilização do Estado no investimento no ensino superior e na investigação científica, que, pelo contrário, tem de ser reforçado e colocado ao serviço do País; por outro lado, agravou e aprofundou a precariedade de docentes e de outros trabalhadores das instituições.

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

Mas o PCP cá está e estará para se bater pela inversão deste caminho.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 565/XVI/1.ª (IL) — Altera ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gilvaz, que dispõe de 4 minutos.

A Sr.ª **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Portugal não pode continuar a condenar o seu ensino superior à estagnação, mas não vale tudo.

Há mais de uma década que as nossas universidades e politécnicos esperam por uma revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, que tem sido esquecida, ignorada e adiada por sucessivos Governos socialistas que durante anos falharam aos estudantes, aos docentes, aos investigadores. Falharam ao País!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Patrícia Gilvaz** (IL): — Por isso, é fácil perceber o porquê de o PS ter insistido com esta discussão — basta termos estado atentos à intervenção da Sr.ª Deputada Isabel Ferreira: não é porque estão preocupados com o facto de termos um ensino superior amarrado a um modelo ultrapassado, sufocado pela burocracia, incapaz de reter talento e de competir com as melhores universidades do mundo, é porque à porta de eleições querem apagar o facto de nos últimos nove anos, com oportunidade, tempo e estabilidade, nada terem feito.

Aplausos da IL.

E o resultado da vossa inação está à vista de todos: enquanto outros países evoluem, Portugal foi ficando para trás.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Falso!

A Sr.ª **Patrícia Gilvaz** (IL): — Mas a Iniciativa Liberal não aceita nem se resigna a que o ensino superior português esteja refém da inércia política de uns e da falta de ambição de outros.

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

Nas próximas eleições, os portugueses saberão qual é a visão da Iniciativa Liberal para o ensino superior: dar autonomia às instituições para crescerem, inovarem e competirem. As universidades e os politécnicos não podem continuar dependentes da tutela de um Estado centralista para tomar decisões estratégicas.

Defendemos um reforço da autonomia, uma maior flexibilidade na gestão financeira e um modelo de governação mais transparente e equilibrado, no qual os estudantes têm uma voz ativa sobre o rumo das suas instituições.

Queremos um ensino superior moderno, alinhado com a economia, com a ciência e com a inovação, que prepare os jovens para o futuro, que os incentive para a investigação e que esteja ligado ao mundo real e queremos acabar com a visão centralista que sufoca as instituições e as impede de atrair talento e investimento.

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

Infelizmente, a iminente dissolução da Assembleia da República trará, mais uma vez, este caminho tão necessário e há muito esperado. Mais uma oportunidade perdida que continuará a atrasar o País e a adiar urgentes reformas estruturais, e mais um motivo que demonstra o porquê de Portugal não dever ir a eleições.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Os responsáveis estão identificados.

Muitos se perguntam porque é que, depois do dia de ontem e de eleições legislativas à vista, estamos hoje a discutir projetos que vão caducar e cujo resultado útil será nenhum.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Nem fale nisso!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — A resposta é fácil: é porque o Partido Socialista assim o exigiu hoje, em Conferência de Líderes, depois de ontem ter decidido colocar os seus interesses partidários à frente dos interesses do País.

Aplausos da IL, do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Todos sabemos que a discussão de hoje não culminará com o processo de especialidade e com a aprovação do novo RJES que sirva às instituições de ensino superior; a discussão de hoje serve, sim, para a propaganda do Partido Socialista que quis colocar, mais uma vez, os seus interesses políticos e partidários à frente dos interesses do País, fazendo um «salvar a face» da inação dos últimos nove anos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Mas, em breve, os portugueses serão novamente chamados às urnas e vão poder escolher entre quem quer manter tudo como está e quem acredita num país mais ambicioso e mais livre.

Protestos do PS.

A Iniciativa Liberal sabe o que quer, sabe o que é preciso e, no dia das eleições, não tenho dúvidas de que os portugueses vão escolher o caminho de acelerar Portugal.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Vai lá brincar aos comboios!

O Sr. **Presidente:** — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 566/XVI/1.^a (L) — Garante maior representatividade e voz aos estudantes, investigadores, bolseiros e trabalhadores no ensino superior, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, que dispõe de 4 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros cidadãos, Caras cidadãs nas galerias: Falar de ensino, de educação, de educação superior é falar do futuro, do futuro de tantas pessoas e do futuro do País.

Se Portugal precisa de se reinventar — e precisa —, através de um novo modelo de desenvolvimento baseado no conhecimento, na inovação, na descarbonização, na ecologia, para transformar a nossa economia, tem mesmo de investir no sistema científico e no nosso sistema de educação superior.

Hoje falamos de futuro e esta Casa da democracia é a Casa que ajuda a garantir o futuro para todas as pessoas.

Esse futuro faz-se com quem constrói todos os dias, dentro e fora das instituições de ensino superior. Esse futuro constrói-se com os estudantes que, organizados, todos os dias lutam pelo seu futuro e pelo futuro de Portugal, um País na Europa e no mundo que se transforma e ambiciona sempre algo mais.

Os estudantes do ensino superior são quem faz a escola todos os dias, quem perdura e ambiciona o progresso e não estão sozinhos. O Livre traz hoje a debate a oportunidade de terem mais voz, a capacidade de tomarem também nas suas mãos a gestão do seu espaço de educação, a oportunidade de sentirem que fazem parte da solução.

O Livre sabe que as instituições de ensino superior têm estado, muitas vezes, fechadas sobre si e é importante garantir-lhes uma abertura maior à sociedade.

Vemos com bons olhos a eleição direta dos órgãos de gestão pelos estudantes, docentes e investigadores, mas nessa eleição têm de participar também os bolseiros, os cientistas, que possam estar numa situação mais precária e que todos os dias constroem o futuro, os técnicos e outros funcionários da instituição e também, sim, antigos alunos que ainda mantenham alguma proximidade com a instituição; não antigos alunos já demasiado antigos, como o Governo propunha na sua proposta — que, entretanto, caducou com a demissão do Governo —, mas antigos alunos recém-graduados...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — O RJIES que hoje aqui discutimos pode ser muito mais, pode garantir espaços de democracia e de futuro, espaços abertos a toda a gente, estudantes, sociedade civil, empresas. O RJIES pode incluir uma dimensão europeia às instituições de ensino superior e pode, finalmente, garantir que não se cobram valores exorbitantes para a admissão às provas académicas em todos os ciclos de ensino.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não há futuro se aumentarmos as propinas acreditando que a ação social resolve todos os problemas. O sistema de educação superior precisa de um financiamento estável, previsível e a médio prazo, sim, e essa é uma discussão que o País tem de fazer.

Não podemos ter um subfinanciamento e não podemos ter instituições que não saibam com o que contar, mas esse financiamento não se faz à custa de propinas, porque a educação é um direito e deve ser, tendencialmente, gratuita. Nós sabemos quem é que quer aumentar as propinas, sabemos quem é que o propôs e porque é que o propôs.

Além disso, as instituições são espaços onde os nossos jovens e os nossos estudantes estão todos os dias. Não há futuro se não garantirmos apoio psicológico a todos os estudantes, sabendo todos os problemas de saúde mental que muitas e muitos dos nossos estudantes atravessam; não há futuro sem uma gestão democrática das instituições e sem a participação de toda a comunidade académica no seu dia a dia; não há futuro se não tivermos a coragem de o agarrar nas nossas mãos.

Esta discussão não morre aqui hoje, continuará na previsível nova legislatura. O Livre cá continuará a construir futuro e a lutar pelo nosso sistema científico e pelas nossas instituições do ensino superior.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para a última apresentação de iniciativas, do Projeto de Lei n.º 572/XVII/1.^a (CH), tem a palavra o Sr. Deputado Gabriel Mithá Ribeiro. Tem 4 minutos e 2 segundos.

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nunca os portugueses investiram tanto no ensino superior como nas décadas recentes. Depositado nas mãos do PSD e do PS, esse investimento não teve o retorno desejado.

Vozes do PS: — Falso!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Com muitíssimo mais ensino superior, Portugal estagnou a nível económico, as diversas instituições entraram em erosão — escola, saúde, justiça, segurança, por aí fora.

Os jovens portugueses com formação superior foram abandonando o País, quadros qualificados perdem poder de compra, entre eles, docentes e investigadores do ensino superior. Uma crise dessa natureza e dimensão jamais se resolve por decreto. Não se podem mudar leis e permitir que hábitos, práticas e vícios continuem na mesma. Isso é corromper a dignidade do poder legislativo.

O falhanço reiterado da classe política deixa uma certeza: a solução da crise do ensino superior reside no reforço da autonomia das instituições — autonomia académica, autonomia administrativa, autonomia financeira.

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

Esse é o espírito da proposta de revisão do RJIES do partido Chega. Connosco, a tutela política cumprirá o dever de assegurar que cada comunidade académica assuma o que tem de fazer por si mesma, ninguém pode fazer por ela. Se não houvesse crise do conhecimento, se não houvesse crise científica, não havia crise nenhuma, nem dentro nem fora das universidades. Contra essa crise, é da responsabilidade de cada professor, investigador, estudante, separar de forma cristalina a razão do poder.

Aqueles que toleram a sobreposição tóxica entre a academia e a política matam a liberdade intelectual, matam a ciência, matam o conhecimento, matam a busca permanente da verdade.

Aplausos do CH.

Compete a cada comunidade académica restaurar a crítica interna entre pares, porque ciência e conhecimento não são fruto de consensos, não são fruto de compadrios ou de dogmas. Ciência e conhecimento são fruto da mais absoluta tolerância à liberdade da razão crítica dentro das universidades e é exatamente isso que desapareceu das universidades.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

O partido Chega até concorda com os diversos aspetos das propostas de revisão do RJIES do Partido Socialista...

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Ah, afinal concorda!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — ... ou do Governo AD, proposta hoje suspensa, mas essas propostas contêm aspetos inimigos de qualquer reforma.

Da proposta do PSD, que foi apresentando publicamente, resultou a substituição do termo «ensino» pelo termo «educação». O PSD insiste no desastre da ditadura soviética de o Estado esvaziar a sociedade usurpando a cada família o direito primordial de educar os seus filhos.

Aplausos do CH.

Como é que, em 2025, o PSD ousa atacar a família desta forma? A família educa e a escola ensina, mesmo quando escola quer dizer universidade.

Aplausos do CH.

A proposta do Partido Socialista insiste no sistema de acreditação e validação do funcionamento das instituições do ensino superior numa única agência — a A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior). E essa é a forma de facilitar...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Cortaram o microfone 3 segundos!

O Sr. **Presidente**: — Está terminada a fase de apresentação, vamos para a fase das intervenções. Antes disso, quero anunciar à Câmara que estão a assistir...

O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é só para informar que interromperam o Sr. Deputado Gabriel Mithá Ribeiro 4 segundos antes de terminar o seu tempo. Pode dizer que é um preciosismo, ou não, mas aos 11 segundos cortaram a palavra. Se a tolerância é até aos 15 segundos, deve ser até aos 15 segundos.

O Sr. **Presidente**: — Creio que, como sabe, havia menos tempo, tinha de descontar o tempo. Eram 4 minutos e 2 segundos que tinha e isto é feito automaticamente. Mas fica registado. Como sabe, o controlo é automático, é mecânico, mas da mesma maneira que nós temos o som a falhar, pode ser que tenha acontecido também com a contagem. Mas não creio.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Dava para acabar a frase!

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Foi um boicote!

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Olha o VAR (*video assistant refere*)!

O Sr. **Presidente**: — Mas, se assim foi, Sr. Deputado Gabriel Mithá Ribeiro, as minhas desculpas em nome dos serviços.

Peço a atenção dos Srs. Deputados para anunciar à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos: um grupo de 43 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de São Martinho do Porto; um grupo de 33 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Proença-a-Nova; um grupo de 59 alunos e professores do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Marco de Canaveses; um grupo de 30 alunos e professores da Escola Secundária do Restelo; um grupo de 32 alunos e professores da Escola Secundária Sá da Bandeira, de Santarém; um grupo de 120 alunos e professores da Escola Secundária António Inácio da Cruz, de Grândola; um grupo de 30 dirigentes associativos da Universidade de Lisboa; um grupo de 25 jovens de associações de estudantes de escolas de Alcobaça e um grupo de 35 cidadãos da União de Freguesias de Vade, de Vila Verde.

Aplausos gerais.

Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda. Tem 3 minutos, faça favor.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saúdo os estudantes e as estudantes que estão hoje nas galerias e que estão a lutar pelo ensino superior público.

Em 2007, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, o RJIES, apanhou os estudantes na época de exames e foi imposto às universidades e aos politécnicos, sem discussão.

Em 2007, eu estava aí sentada, num protesto contra o RJIES, no momento em que foi aprovado. Foi assim que fiz o meu ativismo estudantil, foi assim que ele começou, contra a imposição de um regime que retirava democracia e participação aos estudantes e, por isso, saúdo a vossa luta e também a oportunidade de hoje votar exatamente da mesma maneira como quando estive aí sentada, em 2007.

O ensino superior público, e mais nenhum, permitiu aos filhos da classe trabalhadora portuguesa sonharem em ir para a universidade, coisa que os pais não conseguiram fazer, e fê-lo resistindo às tentações que surgem sempre na direita, mas não só, de importar modelos estrangeirados, sejam eles ultraliberais, do sonho americano, altamente elitizados, que procuram e provocam a desigualdade social.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Por isso, relembro a proposta da Iniciativa Liberal de que os estudantes financiassem a 100 %, com as suas propinas, através de empréstimos, o ensino superior...

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Onde é que está isso?!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... ou importando modelos conservadores, como aqueles do «trumpismo», que agora está a mandar prender estudantes que lutam nos Estados Unidos e que está a proibir palavras para quem investiga determinados temas. São programas de censura.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Censura *woke*!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Não queremos importar esses modelos para o ensino superior público: nem o modelo da desigualdade e da elitização pela via do aumento das propinas, pela via da privatização do ensino superior, nem o modelo ultraconservador da censura sobre os estudantes, das prisões dos estudantes, como está a acontecer nos Estados Unidos contra quem protesta.

Vozes da IL: — Eh!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Por isso, quero lembrar — não teremos oportunidade de discutir estas propostas na especialidade — que o Bloco de Esquerda votará por todas as propostas que aumentem a participação e a democracia dos estudantes dentro das universidades; por todas as propostas que aumentem a possibilidade dos investigadores e dos docentes defenderem as suas carreiras e terem direito a uma carreira;...

Protestos do Deputado do CH Daniel Teixeira.

... por todas as propostas que defendam o aumento do investimento público no ensino superior, que garante as qualificações deste País e o direito de cada estudante ao ensino superior; por todas as propostas que acabem com a precariedade e com o abuso laboral sobre tantos investigadores e tantos que dedicam a sua vida à vida académica e tantos que querem fazer de Portugal um país mais qualificado. Parabéns pela vossa luta!

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP. Tem 3 minutos. Faça favor.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por manifestar a minha surpresa pela realização deste debate no dia de hoje. Iríamos discutir a proposta do Governo, de revisão do RJIS,...

Risos de Deputados do PS e do CH.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Nem sabe do que está a falar!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... aliás, do RJIES, depois de um longo processo de consulta das partes interessadas que levou mesmo à revisão da proposta inicial apresentada pelo Governo.

O que é que fica deste processo? Fica um adiamento, depois de as oposições terem atirado o País para uma crise política irresponsável,...

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... colocando os estados de alma, os temperamentos e os humores à frente dos interesses nacionais.

Mas o PS insistiu para se discutir a sua proposta de RJIES no dia de hoje e é importante que fique claro que a intenção do PS é meramente uma intenção eleitoralista, é mais um truque do PS.

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

Ontem deitou abaixo um Governo, hoje finge que está interessado em resolver os problemas das universidades e dos politécnicos. É meramente um truque.

O que o PS quer é poder anunciar na campanha eleitoral que iniciou a reforma do RJIES, quando sabe perfeitamente que esta reforma foi iniciada e liderada pelo Governo e pelo Ministro da Educação.

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O PS pode já estar habituado à falta de vergonha, mas nós nunca a deixaremos de denunciar e isto que o PS hoje está a fazer é uma verdadeira vergonha no processo democrático.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos de Deputados do PS e da Deputada do BE Isabel Pires.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a proposta do Governo era clara: queria libertar as instituições do ensino superior de categorizações estanques — como o PS pretende manter —, libertando e dando-lhes flexibilidade para definir a sua estratégia.

Tinha dois pontos essenciais: por um lado, permitir que os institutos politécnicos pudessem assumir a natureza de universidades e, dentro deste primeiro ponto, permitir que os institutos politécnicos se pudessem fundir com universidades; e, em segundo lugar, reforçar a autonomia das instituições, libertando-as do encargo de todas as decisões terem que ir a despacho do ministro.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Nem o microfone gosta de si!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Flexibilidade, autonomia, responsabilidade — são estes os três pilares que enquadrámos no ensino superior, em Portugal.

No entanto, graças à espiral destrutiva das oposições, esta reforma fica adiada até maio.

Protestos de Deputados do PS.

Mas, Srs. Deputados, quero dizer-lhes uma coisa: estou absolutamente convencido de que, depois de maio, voltaremos para introduzir e aprovar esta reforma tão importante para o ensino universitário e para o politécnico.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Isabel Ferreira pediu a palavra? É para uma interpelação à Mesa, presumo.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada. Dispõe de 1 minuto.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, era para solicitar a distribuição do relatório da Comissão Independente para a Avaliação da Aplicação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, que já teve início no Governo anterior.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Certamente, Sr.^a Deputada. Assim que chegue à Mesa, será distribuído.

Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Ana Gabriela Cabilhas, do PSD, que dispõe de 4 minutos e 19 segundos.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, agradeço que se faça silêncio para podermos ouvir a intervenção da Sr.^a Deputada Ana Gabriela Cabilhas.

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Partido Socialista trouxe instabilidade ao País quando governou e vimos ontem que continua a oferecer essa mesma instabilidade na oposição.

O Partido Socialista, quando governou, foi o campeão das proclamações, e agora, que está na oposição, não garante as condições para que o Governo liderado por Luís Montenegro continue a executar, a concretizar, a fazer.

Protestos de Deputados do PS.

O Partido Socialista, quando governou, foi imobilista, arrastou os pés. Agora, na oposição, bloqueia o espírito reformista do Governo da Aliança Democrática.

Aplausos do PSD.

Foi pelas mãos do Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação que o Governo aprovou, em Conselho de Ministros, uma proposta para a revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior.

Portanto, Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, este diploma está em vigor desde 2007. Repito, desde 2007.

O Governo da AD (Aliança Democrática), em menos de um ano, com espírito de diálogo, ouviu universidades, ouviu politécnicos, estudantes, sindicatos, outras entidades relevantes e ouviu os grupos parlamentares.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Simulacro de diálogo!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Mas nem assim, mesmo ouvindo os grupos parlamentares, imperou a lealdade e o respeito democrático nesta hora.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Hoje, uma vez mais, a máscara cai ao Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

O PS mostra como esteve neste processo, desde a primeira hora, com irresponsabilidade, com oportunismo político, com aproveitamento partidário.

Protestos de Deputados do PS.

Nós estamos aqui hoje e se aqui estamos é porque o Governo apresentou a sua proposta de lei, porque o Governo tomou a iniciativa. Mas agora, à boleia do Governo, os partidos da oposição arrastam as suas propostas sem que o Governo possa aqui estar a defender a sua iniciativa, as suas ideias.

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

A oposição aproveita a conjuntura atual para colher, à 25.^a hora, dividendos partidários numa matéria fundamental para o desenvolvimento do País.

Uma vez mais, para o Partido Socialista, primeiro está o interesse partidário e depois o interesse nacional.

Aplausos do PSD.

Agora, na oposição, o PS tenta mostrar que faz, mas durante oito anos não teve coragem nem para mudar nem para reformar. Preferiu deixar tudo na mesma, sem enfrentar o estado das coisas, limitando-se ao conforto dos serviços mínimos. Os professores sabem-no, os alunos sabem-no, as famílias sabem-no, os investigadores sabem-no.

Protestos de Deputados do PS.

Já o Governo da Aliança Democrática abraça o novo. Rompe com paradigmas cristalizados, sem ter medo da mudança.

O que é que o Governo propõe no novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior? Propõe a evolução e a flexibilização do sistema binário e uma eleição mais democrática do reitor e presidente, com o envolvimento de antigos alunos e com um conselho geral mais aberto e independente. Diminui a carga burocrática e confere mais autonomia às instituições para que estas tenham maior estabilidade, com mais previsão orçamental, para que estejam dissociadas dos ciclos políticos. Reforça a importância da inovação, do bem-estar e do sucesso académico. Combate a endogamia. Traz alterações com impacto na transformação das regiões e com impacto na economia nacional.

Mas o Governo também apresentou um novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica; está a melhorar o sistema de ação social; a concretizar o plano de emergência para o alojamento estudantil; a rever o estatuto da carreira docente, tendo alcançado um acordo no âmbito do regime de mobilidade por doença.

Além disso, o Governo recuperou o tempo de serviço dos professores, está a atrair mais jovens para a carreira docente, trouxe paz à escola pública, e alargou o acesso ao pré-escolar.

Contudo, o marco reformista deste Governo não se esgota na política de educação.

De facto, é pelo sucesso da sua governação que o Governo da AD é derrubado pelo PS em conluio com o Chega.

Aplausos do PSD.

Sabemos que o mais fácil é manter o País estagnado, resignado, sem ambição, à espera dos milhões da Europa, que agora já não vêm, sem que isso traga melhorias significativas na vida das pessoas.

O difícil é protagonizar a mudança. Mas, para essa nobre missão, estamos cá nós: o PSD e a Aliança Democrática!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, eu não ia fazer esta interpelação, mas, visto que a Sr.^a Deputada Ana Gabriela Cabilhas falou no Chega e no conluio entre o Chega e o Partido Socialista, gostaria que o Sr. Presidente explicasse à Sr.^a Deputada que o Governo não está presente porque não quis e porque decidiu retirar a sua proposta de lei esta manhã, conforme referido na Conferência de Líderes.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Caducou!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portanto, esta é que é a verdade!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não leu o Regimento?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Sr. Deputado Paulo Nuncio está muito nervoso!

Além disso, é importante referir também que todos os partidos políticos que tinham propostas para hoje retirariam essas propostas se, em consenso, todos quisessem retirar. Só o Partido Socialista é que não quis retirar a proposta.

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Lá isso é verdade!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, quanto à segunda parte da sua interpelação, tem razão. Na primeira não, na medida em que a proposta de lei do Governo caduca automaticamente. Portanto, não é um ato de vontade, resultando, ao invés, da caducidade automática.

Assim, quanto a essa parte, presto este esclarecimento ao Sr. Deputado.

Para uma intervenção, dou agora a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 1 minuto.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, dentro deste curto minuto, gostaria de dar nota de que, ao fim de 20 anos, tirando pontuais exceções da alteração ao RJIES, não temos, de facto, dado resposta às preocupações dos estudantes, que continuam a estar sem resposta.

Falamos no âmbito de um debate que surge hoje, no rescaldo de uma crise política, mas há que lembrar que ao longo deste último ano foram apresentadas propostas para corrigir situações, as quais foram rejeitadas, inclusive pela própria bancada do PSD.

Porém, acreditamos que a proposta que o Governo nos queria trazer hoje está longe de resolver os problemas do ensino superior.

Da parte do PAN, procurámos dar um contributo, que o PSD rejeitou que fosse arrastado para o debate.

Não podemos esquecer-nos de que, com esta proposta, o Governo vai diluir cada vez mais o sistema binário do ensino superior, o que terá como principais prejudicados os estudantes.

Entendemos que o Governo é pouco ambicioso na sua proposta para que a eleição do reitor passe a ser feita por voto direto, ao dar aos estudantes apenas 20 % do voto total e 15 % aos antigos estudantes, que é menos do que o valor endereçado ao pessoal técnico e administrativo que lida diariamente com os problemas das instituições.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, com a queda do Governo e com as eleições, sabemos que estas iniciativas ficarão pelo caminho. No entanto, há um compromisso que fica neste Parlamento: que na próxima legislatura tenhamos respostas para os anseios dos estudantes.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, com esta intervenção, termina a nossa sessão de hoje.

A próxima sessão plenária terá lugar amanhã, às 15 horas.

No âmbito da ordem do dia, fixada pelo Livre, sobre o tema «Europa, segurança e democracia», proceder-se-á ao debate dos seguintes projetos de resolução: n.º 783/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que defenda,

junto da União Europeia, a criação de uma Comunidade Europeia de Defesa; n.º 785/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que defenda, junto da União Europeia, a utilização de ativos russos no apoio à Ucrânia; n.º 784/XVI/1.ª (L) — Contra a austeridade bélica: defender a Europa é também proteger o Estado social e a transição ecológica; n.º 726/XVI/1.ª (L) — Recomenda a realização de um estudo sobre a resistência do sistema jurídico português contra um choque autoritário e contra a subversão democrática; n.º 727/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que Portugal adira ao Conselho do Ártico como observador; n.º 94/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que defenda uma política europeia promotora da paz, da segurança e da defesa coletivas, do fortalecimento do estado social e da transição climática justa; e n.º 798/XVI/1.ª (PAN) — Pela ajuda à Ucrânia no combate aos crimes humanitários e ambientais perpetrados pela Rússia.

No segundo ponto, teremos o Projeto de Resolução n.º 822/XVI/1.ª (CH, PS, PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a efetiva implementação de medidas de prevenção e proteção sísmica, sem tempos de debate.

Do terceiro ponto consta o Projeto de Lei n.º 332/XVI/1.ª (L) — Garante a realização e difusão de reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais através de meios de comunicação à distância, também sem tempos de debate.

O quarto ponto incide sobre o Projeto de Lei n.º 444/XVI/1.ª (CH) — Elevação da freguesia de Lanheses à categoria de vila histórica, sem tempos de debate.

O quinto ponto diz respeito ao Projeto de Lei n.º 486/XVI/1.ª (PS) — Elevação da povoação de Gualtar à categoria de vila, sem tempos de debate.

No sexto ponto teremos o Projeto de Lei n.º 503/XVI/1.ª (PSD, CDS-PP) — Elevação da vila de Mogadouro à categoria de cidade, igualmente sem tempos de debate.

O sétimo ponto consta de votações regimentais.

Muito obrigado e boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Eram 15 horas e 56 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.